

CORREIO BRAZILIENSE,

DE JULHO, 1817.

Na quarta parte dos campos d'ra
E se mais mundo houver lá ch'p'ra.

CANOEIRO, C. VII. n. 14.

POLITICA.

REYNO UNIDO DE PORTUGAL BRAZIL E ALGARVES.

*Pozaria dos Governadores de Portugal, prohibindo
o Correio Braziliense.*

MANDA EL Rey Nosso Senhor excitar a exacta observancia da sua Real Ordem de 17 de Setembro 1811 participada á Meza do Desembargo do Paço, em 22 de Março de 1813, e que prohibio nestes Reynos a entrada e publicaçõ do periodico intitulado *Correio Braziliense*, e de todas as escriptas de seu farioso e malvado Author. E por que ainda são mais sediciozas e incendiarias, se he possível, as terriveis maximas do outro periodico intitulado *o Portuguez*, que tambem se dirige a concitar tumultos e revoluçoens nos povos, para perturbar a harmonia estabelecida, em todas as ordens do Estado, e introduzir a anarchia, fazendo odiosos os dous supremos poderes, que Deus ordenou para governar os homens, com o

A 2

JORNAIS ANTIGOS

de pasquins a jornalões

Texto de Nilson Lage

Giovanni Baptista Libero Badaró, médico italiano, assistiu, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1827, à fundação da *Aurora Fluminense*, jornal liberal e quase sempre moderado que se ligaria ao nome de Evaristo da Veiga. Travou, então, conhecimento com José da Costa Carvalho, deputado que havia fundado, dez meses antes, *O Farol Paulistano*, primeiro jornal impresso em São Paulo, com oficinas próprias.

Alto, magro, com testa larga, rosto pálido, óculos e barba que o faziam aparentar mais idade, Libero mudou-se para São Paulo em janeiro de 1828; lá começou a fazer política e a dar aulas de geometria no recém-criado curso jurídico. Não demorou muito e estava tirando, das oficinas do *Farol*, um jornal que expressaria suas opiniões liberais, *O Observador Constitucional*. Dizia no editorial de lançamento:

Procuraremos dar sempre algum artigo que tenda a explicar, quanto for possível às nossas tênues forças, os princípios e as aplicações da nova legislação do Brasil, de maneira que os inimigos da liberdade, se existem alguns, não tenham mais a escusa de dizerem que a nação não está ainda capaz disto, que a constituição é somente para os povos já instituídos.

Por pouco que pareça, tal posição lhe rendeu de imediato a inimizade do bispo, do Presidente da Província e do Ouvidor da Comarca — isto é, de praticamente todo o poder. Da defesa da liberdade de imprensa ("Sem liberdade de imprensa, a lei se decreta e os espíritos que teriam iluminado os legisladores se tornam inúteis; e, enquanto uma semana antes teriam indicado o que precisavam fazer, agora provocam a desaprovação contra o que se fez"), Libero em breve se situava como um homem ameaçado:

Não temos o menor medo de ameaças. Aconteça o que acontecer, a nossa vereda está marcada e não nos desviamos dela; não há força no mundo que nos possa fazer dobrar, senão a da razão, da justiça e da lei. Estamos em face do Brasil e para servi-lo daremos por bem empregada a vida.

O trecho saiu na edição de 17 de setembro de 1830. Na noite de 20 de novembro, Libero foi procurado por dois homens, que o encontraram na porta de casa, quando ele chegava, entre dez e meia e onze da noite. Perguntaram-lhe se poderia servir de intermediário para um pedido ao ouvidor Japi-Assu Figueiredo de Melo. Respondeu que não era amigo do ouvidor; um dos homens, então, o alemão Henrique Stock, deu-lhe um tiro na barriga.

Quando o cirurgião-mor Joaquim Antônio Pinto chegou, com uma comitiva de estudantes, à pequena casa da Rua São José, hoje Rua Libero Badaró, o povo praticamente ocupava todo o quarteirão. Libero, conta o estudante Joaquim Antônio Pinto Júnior, estava deitado sobre a cama, "alagado de sangue, pálido, com essa palidez da morte que lhe estava próxima, a larga fronte banhada de suor frio, o pulso linear, mas o rosto sereno e a palavra sonora". Com voz forte, falou: — Não me iludam. Sei que vou morrer. Não importa. Morre um liberal mas não morre a liberdade!

Libero Badaró faleceu na noite de 21 de novembro, aos 32 anos. O fundador do segundo jornal de São Paulo foi o primeiro jornalista a

morrer por suas idéias na cidade que, quase um século e meio depois, assistiria ao sacrifício de Vladimir Herzog. Mas o martírio acendeu a campanha da oposição, o trono tremeu.

PARA O JORNAL DO REI, UM PARAÍSO SEM QUEIXUMES

A 10 de setembro de 1808, tirado nas máquinas inglesas da Imprensa Régia, saía a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil. Seu editor era Frei Tibúrcio José da Rocha, sua epígrafe dois versos de Horácio. Tinha quatro páginas *in 4.º* (16 por 22 cm), periodicidade semanal, no início, e trisse-manal, mais tarde. Tratava basicamente dos eventos da família real, da saúde de todos os príncipes da Europa e, eventualmente, transcrevia documentos. Nada que pudesse interessar. Como escreveu Armitage, "a julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume".

Bem mais interessante foi o *Correio Brasiliense*, que começou a circular a 1º de junho de 1808, escrito e impresso na Inglaterra por Hipólito José da Costa, exilado dos cárceres da inquisição portuguesa desde 1805. Revista doutrinária, era uma brochura de capa azul, formato de livro, com a média de 140 páginas e periodicidade mensal. Moralista, jamais revolucionário, Hipólito escreveu sozinho o *Correio* até 1822, desenvolvendo paralelamente atividades no comércio; criticou constantemente a administração do Brasil e de Portugal, de uma perspectiva própria da burguesia mercantil britânica. Mecenas Dourado diz que Hipólito, com sua revista, preparou o Brasil para instituições liberais. Adversário da independência — que só veio admitir no início de 1822 — considerando que o problema da escravidão se resolveria com o desenvolvimento das máquinas, o editor do *Correio* confessava, em 1811:

Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam essas reformas feitas pelo povo. Reconhecemos as más conseqüências desse modo de reformar. Desejamos as reformas, mas feitas pelo governo, e urgimos que o governo as deve fazer enquanto é tempo, para que se evite sejam feitas pelo povo.

Com tais posições, e defendendo interesses da toda poderosa Inglaterra pelo "livre comércio" e "abolição de monopólios", não é surpreendente que o *Correio Brasiliense* tenha circulado com largueza tanto no Brasil quanto em Portugal, apesar das proibições de D. João VI. Pôde el-rei medir quão pouco vale o poder político quando se aliena o domínio econômico — e isto já há muito estava feito.

A *Idade de Ouro do Brasil*, tirado na oficina baiana de Silva Serpa, saiu em 14 de maio de 1811, quatro páginas, formato *in-4.º*, circulando

às terças e sextas-feiras. Foi o segundo jornal impresso no Brasil e o primeiro a prometer a seus leitores "a verdade": sua epígrafe eram dois versos de Sá de Miranda ("Falai em tudo verdades/ A quem em tudo as deveis") e ele se propunha, nas palavras de seu patrono, o Conde dos Arcos, a "anunciar simplesmente os fatos, sem interpor reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca, na época ainda sem o título) e outros.

Para fazer frente ao *Correio Brasiliense*, D. João fez editar em Londres e promoveu a distribuição no Brasil do *Investigador Português*, de José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco da Cunha, subsidiados pela embaixada. O jornal deixou de circular em 1819, quatro meses depois de D. João ter-lhe tirado o subsídio por causa de alguns artigos que combatiam a permanência da Corte no Brasil. A esta altura, já se conspirava abertamente nos meios portugueses de Londres e a imprensa oposicionista era, neste círculo, numerosa. A embaixada subsidiaria outro jornal, *O Contemporâneo*, no seu esforço para conter a onda de críticas ao absolutismo.

Sob as difíceis condições da época, a imprensa progrediu lentamente no Brasil. Para se ter uma idéia de quanto eram imensas as dificuldades, basta dizer que *A Abelha de Itacolomi*, que circulou em 14 de janeiro de 1824 e é o segundo jornal de Minas Gerais, foi impresso numa oficina que o Padre José Joaquim Viegas de Menezes construiu em Ouro Preto, então Vila Rica, improvisando o prelo, moldando e fundindo as letras segundo seu próprio projeto. Este artesão notável já havia, em 1807, publicado um opúsculo de 18 páginas, das quais 15 páginas impressas e uma gravura. Ainda assim, as tipografias se multiplicavam: eram três, no Rio, em 1821. Havia uma, em 1817, no Recife, com máquinas importadas pelo comerciante Ricardo Fernandes Catanho; faltava quem soubesse trabalhar com o equipamento, mas dois frades, um inglês e um marinheiro francês conseguiram imprimir ali, a 28 de março, o documento político da Revolução Pernambucana, o *Preciso*, em que José Luís de Mendonça colocou em letra de forma, pela primeira vez, a questão da liberdade no Brasil. Em 1820, no Pará, João Francisco Madureira repetiu o feito de Viegas de Menezes e improvisou sua oficina, da qual saíria, quando da Revolução Constitucionalista do Porto,, o folheto *Despotismo Desmascarado ou a Verdade Revelada*; máquinas importadas permitiram, ali, a 1.º de abril de 1822, o lançamento de *O Paraense*.

Mesmo depois da independência, a efervescência jornalística giraria principalmente em torno dos pasquins. A primeira revista econômica, *Semanário Político, Industrial e Comercial*, apareceu em 1831, no Rio de Janeiro; o primeiro jornal de estudantes, *O Olindense*, no mesmo ano, em Pernambuco; o primeiro jornal sobre temas

eleitorais, *O Precursor de Eleições*, em 1828, em Ouro Preto; a primeira publicação dedicada à Agricultura, o *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, em 1832.

DA INDEPENDÊNCIA À ABOLIÇÃO, JORNAIS DE BRIGA

Cipriano José Barata de Almeida não teve, em absoluto, vida monótona. Nasceu na Bahia em 1764, cursou a Universidade de Coimbra de 1788 a 1790. De volta ao Brasil, foi envolvido na conspiração baiana de 1798 e chegou a trabalhar como lavrador em engenho de cana. Libertado por falta de provas, aderiu, ainda na Bahia, à Revolução Pernambucana de 1817 e participou, em 1821, da deposição do Conde da Ponte. Deputado pelo Brasil às Cortes portuguesas, comportou-se com um nativismo que saltava aos olhos: andava pela rua vestindo algodão tosco do Brasil, sapatos de couro sem tinta, chapéu de palha e bengalão. Na tribuna, defendia a independência; nos corredores, brigava por ela. Recusou-se a assinar a Constituição e, a bordo do navio inglês *Malborough*, deixou Portugal sem passaporte. Depois de breve estada na Inglaterra, veio dar em Pernambuco, porque a Bahia estava ocupada pelas forças do General Madeira, e lá fundou a primeira de suas *Sentinelas*. Os títulos sucessivos do jornal dão conta do que foi sua vida, suas fugas, suas prisões daí em diante: *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, jornal republicano e libertário, 66 números; *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada*, um número; *Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande, Niterói*, 32 números; *Sentinela da Liberdade Hoje na Guarita do Quartel-General de Pirajá na Baía de Todos os Santos*; *Nova Sentinela da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro da Baía de Todos os Santos*, 1831, 37 números; *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-General de Pirajá Hoje Presa na Guarita da Ilha das Cobras em o Rio de Janeiro*, de 1831; *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-General de Pirajá Hoje Presa na Guarita de Villegagnon em o Rio de Janeiro*; *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-General de Pirajá Hoje Presa na Quarta Fragata Niterói em o Rio de Janeiro*; *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel-General de Pirajá Mandada Despoticamente para o Rio de Janeiro e de lá para o Forte do Mar da Bahia Donde Generosamente Brada Alerta*, 1833; *Sentinela da Liberdade em Sua Primeira Guarita, a de Pernambuco, Onde Hoje Brada Alerta!*, 1834-1835. Cipriano Barata morreu em 11 de junho de 1838, no Rio Grande do Norte. Pobre, morava na ladeira entre a praça principal de Natal e o Rio Potengi; sofria de diabetes e dava aula de francês. Além destas, houve muitas outras *Sentinelas*, por imitação

ou para confundir, e o título se repetiu, depois, aqui e ali, por todo o século.

O órgão doutrinário do processo da independência do Brasil foi o *Revérbero Constitucional fluminense*, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que circulou de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822. Com a independência, iniciou-se a fase dos jornais políticos, em geral de curta duração mas violentos nas críticas a pessoas e na defesa de posições. A *Malagueta*, de Luís Augusto May, brigava com *O Espelho*, jornal oficioso; desta briga resultou a agressão de May por um grupo de homens, a 6 de junho de 1823. Aleijado e ferido, foi ele também promovido e aposentado, e jamais apontou seus agressores. A *Malagueta* andou sumida por alguns tempos, e voltou, mais tarde, para custar a seu autor nova agressão, em 1829, quando criticou os preparativos para o casamento de D. Pedro. A *Malagueta* reaparece novamente em 1832.

O *Tamoio* e uma *Sentinela* (não de Cipriano Barata; uma contrafação, de Giuseppe Stephano Grondona) fizeram, por algum tempo, as vezes de oposição, interpretando o pensamento de José Bonifácio de Andrada até que a Constituinte foi dissolvida, em 1823. O *Tifis Pernambucano*, de Frei Caneca, saía logo depois, em Recife, para por oito meses combater o absolutismo. Os títulos proliferaram, à esquerda e à direita, imediatamente antes e logo após a abdicação de D. Pedro I. Eis uma pequena relação: *O Buscapé*, *O Doutor Tirateimas*, *O Narciso*, *O Novo Conciliador*, *O Enfermeiro dos Doidos* (últimos meses do primeiro reinado); *Cartas ao Povo*, *Os Dois Compadres Liberais*, *O Velho Casamenteiro*, *O Médico dos Malucos* (pasquins da Abdicação); *A Minhoca — Verdadeiro Filho da Terra*, *O Ferrabrás da Ilha das Cobras*, *O Martelo*, *O Trinta de Julho*, *O Limão de Cheiro*, *Marmota*, *Brasil Afrito*, *O Grito dos Oprimidos*, *O Macaco ou O Palhaço da Oposição*, *O Homem de Cor ou O Mulato*, *O Caolho*, *O Índigena do Brasil*, *Triunvir Redentor ou A Lima Surda*, *Brasileiro Pardo*, *O Soldado Afrito*, *O Burro Magro*, *O Crioulinho*, *A Lusitânia Triunfante*, *O Novo Carioca*, *O Café Reformado* (regência trina permanente); *A Novidade Extraordinária*, *O Sapateiro Político*, *O Compadre de Itu ao Compadre do Rio*, *O Sorvete de Bom Gosto*, *O Barriga* (regência de Feijó); *O Progresso*, *A Pepineira*, *O Correio de Petas*, *O Popular*, *A Rolha*, *O Pregoeiro*, *A Verdade Nua e Crua*, *O Grito da Razão* (regência de Araújo Lima).

O SOCIALISMO BROTA, TERMINA A ESCRAVATURA

A maioria de D. Pedro II foi um golpe fatal para os liberais e republicanos que escreviam em muitos destes pasquins e na imprensa mais durável, com mensagens que variavam do ceticismo à esperança.

Mas o pensamento liberal refugiou-se nas províncias e numa delas, em Pernambuco, na quarta década do século XIX, apareceria o primeiro surto da pregação socialista. "Em nossos dias, três homens distintos têm tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma da sociedade em geral: St. Simon, Fourier e Owen", escrevia, a 3 de setembro de 1847, no número único de *A Ratoeira*, o jornalista e padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Em *O Sete de Setembro*, do dia 31 de outubro de 1845, ele fazia este diagnóstico:

O que resta aos míseros filhos do país? O mesquinho recurso dos empregos públicos, cujo círculo de necessidade é muito limitado. Fora deste, aliás difícilíssimo recurso, o que fica para os brasileiros? Os que ainda podem dedicar-se às letras, vão formar-se no Curso Jurídico; mas este ramo de indústria de dia em dia se torna menos importante, pelo crescido número de bacharéis, muitos dos quais já andam por aí sem terem em que ganhem a vida. Os que não dão para bacharéis, nem para nada de conhecimentos humanos, com poucas exceções, fazem-se padres. Os mais que se engajem no corpo de polícia, sejam recrutados para o exército e para a marinha, ou que andem por aí gandaiando. E ainda se diz que o nosso povo é preguiçoso e vadio.

Lopes Gama acusa, em 4 de novembro de 1845, as classes privilegiadas de procurarem sempre "manter-se em um poder discricionário", em guerra permanente "com os povos por ela deserdados e oprimidos". Combatia o ensino do latim ("estudo de luxo") e, por tudo, era acusado pelos conservadores de "servil, libidinoso", comparado ao demônio. Não estava sozinho, porém. Antônio Pedro de Figueiredo, na revista pernambucana *Progresso*, que circulou de julho de 1846 a setembro de 1848, produzia análises equivalentes, como esta, do latifúndio:

Hoje mais de três quartos da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundidade de dez a 15 léguas; mas lá, quase com poucas exceções, todas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários, que delas mais cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300 mil dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassalos do proprietário, cujos ódios, partido político etc. são obrigados a esposar. Neste fato da grande propriedade territorial, nesses novos Latifúndia, deparamos nós a base desta feudalidade que mantém diretamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio do imenso poder que lhe dá essa massa de vassalos obedientes.

Até a retórica revolucionária da época adquire o tom e a fúria de ecos mais recentes. A 19 de fevereiro de 1848, Inácio Bento de Loiola escrevia, em *A Voz do Brasil*:

Chora, Pernambuco. E tu, povo, raça infortunada em toda parte, chora também. De tudo isso que vês, nada te pertence. Essas administrações tão numerosas, esses palácios, esses carros suntuosos, esses tribunais, são para os teus senhores. Chora, chora. O teu quinhão é o arbítrio, os dolorosos trabalhos, a miséria e os rudes tormentos. Teu filho pertence ao exército, teu suor ao tributo, tua filha à prostituição.

A pregação socialista jamais deixou de aparecer na imprensa brasileira, mas só retomaria esta veemência na República Velha, já encarada e assumida como ameaça institucional. No Império, chegou a ser tolerada como coisa de intelectuais, ou como apêndice à esquerda das campanhas da Abolição e da República. Desdobrou-se em clubes e centros. Em 1895, em Santos, circulou o jornal *Questão Social*, de Silvério Fontes, Soter de Araújo e Carlos Escobar, forte o bastante para articular militantes de todo o Estado de São Paulo e promover a fundação de um Partido Operário Socialista. Em primeiro de maio de 1899, em São José do Rio Pardo, saiu *O Proletário*, sob a orientação de Francisco Escobar e Euclides da Cunha. Órgão do Clube dos Filhos do Trabalho, tinha uma plataforma exemplar para sua época: a proibição do trabalho dos menores de 14 anos, o ensino gratuito, a emancipação da mulher, a casa a preços módicos, luz e água grátis, justiça gratuita, tribunais arbitrais para questões trabalhistas, limite de trabalho de oito horas diárias, repressão à usura, divórcio, entre outros itens. Na verdade, o prestígio do jornal e sua orientação refletiam muito do pensamento de Euclides, que fora a São José do Rio Pardo reconstruir uma ponte, no exercício da profissão de engenheiro, e lá completou *Os Sertões*.

Os jornais de vida longa, no Brasil, foram sempre conservadores: *O Diário de Pernambuco*, fundado em 7 de novembro de 1825; o *Jornal do Commercio* do Rio, fundado pelo francês Pierre Plancher em 1 de outubro de 1827; o *Correio Paulistano*, fundado em 26 de junho de 1854 como órgão liberal mas que, sete anos depois, cedia à pressão conservadora firmando um contrato de prestação de serviços com o Governo. Em 1872, ainda tentou seguir a orientação do Partido Republicano, mas teve de retornar ao conservadorismo.

O espírito conservador introduziu, no segundo Império, uma imprensa com pretensões à durabilidade e à grandeza empresarial. Para encontrar quem escrevesse nestes jornais, recorreu-se às faculdades de Direito. José de Alencar foi trazido por Francisco Otaviano, seu antigo colega da Faculdade Paulista, para o *Correio Mercantil*, em 1854. Em 1856, Alencar era o redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. De romance em romance, de jornal em jornal, fez carreira política e chegou a ser Ministro da Justiça. A Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco, não só abasteceu a imprensa local como exportou

jornalistas: depois de Alencar e Otaviano, Rui Barbosa, Castro Alves, Alvares de Azevedo, Joaquim Nabuco, Fagundes Varela, Pedro Lessa, Quintino Bocaiúva, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Rangel Pestana, Manuel Ferraz de Campos Sales, Teófilo Ottoni e uma porção de outros. Mas houve também os que ascenderam socialmente pela redação dos jornais, sem lustrar os bancos da escola do Largo de São Francisco ou de qualquer outra. Joaquim Maria Machado de Assis, por exemplo, mulato e órfão aos 12 anos, começou como tipógrafo e revisor. Em *A Narmota*, de Paula Brito, também mulato, também antigo tipógrafo, publicou suas primeiras peças e versos. Em *O Espelho*, de 23 de outubro de 1859, escreveu:

A discussão, que é a feição mais especial, o cunho mais vivo do jornal, é o que não convém exatamente à organização desigual e sinuosa da sociedade. (. ..) Eu o creio de coração. Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não. A ação democrática parece reagir sobre as castas que se levantam no primeiro plano social. (...) E se quisessem suprimi-lo? Não seria mau para eles; o fechamento da imprensa, e a supressão da sua liberdade, é a base atual do primeiro trono da Europa. Mas como! Cortar as asas da águia que se lança ao infinito seria uma- tarefa absurda e, desculpem a expressão, um cometimento parvo.

A gravura didática, a caricatura, tiveram um grande papel, ao lado do liberalismo das faculdades, nas campanhas da Abolição e da República. Seu grande nome, então, foi o de Ângelo Agostini que, em maio de 1859, retornou de Paris onde estudara pintura. Sua *Revista Ilustrada* foi chamada por Joaquim Nabuco de "bíblia da Abolição dos que não sabem ler"; Monteiro Lobato a considerou, mais tarde, "um documento histórico retrospectivo cujo valor sempre crescerá com o tempo — tal qual aconteceu com os desenhos de Debret e Rugendas". O que mostrava Agostini: tudo. A tortura dos escravos, a fraude eleitoral "sob o signo do porrete, da navalha e do punhal", o imperador dormindo nas sessões do Instituto Histórico, em cavalinho de pau, ou de saiote, retratos e alegorias. E mais: foi precursor das histórias em quadrinhos e cooperou para o lançamento, em 1905, da primeira revista infantil brasileira, *O Tico-Tico*. Morreu em 1910: era desenhista de *O Malho*.

Os tempos mudaram. Em 1895, em Porto Alegre, nascia o *Correio do Povo*, de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior; *A Gazeta de Notícias*, fundada em 1874 por Ferreira de Araújo, e *O País*, que terminou, em- pastelado, por desaparecer em 1930, passaram, no Rio, do Império à República; nascia o jornal empresa. Daí em diante, passou a existir uma luta política, governo contra oposição, e outra luta extremamente desigual, paralela e capaz, nas horas de crises, de formular as pazes entre liberais e conservadores: a luta do sistema, e

seus jornais prósperos, contra os que ficam de fora e às vezes fabricam seus pequenos pasquins, seus livros e sua versão da realidade. Ao sabor do mercado, em raros momentos, a grande imprensa os emprega, depois os expulsa. Como fez com Lima Barreto, anarquista, mulato, alcoólatra e um dos mais lúcidos escritores que o Brasil já teve. Lima se vingou, escrevendo coisas assim, em *Recordações do Escrivão Isaias Caminha e Numa e Ninfa* (o trecho é das *Recordações*):

O jornal prestou serviços quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também. . . É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedades de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses. . . Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes idéias, fundar um que os combata. . . Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal. . . Vocês vejam, antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo, de José do Patrocínio, de Fulano, de Beltrano... Hoje de quem são? A Gazeta é do Gafrée, O País é do Visconde de Morais ou do Sampaio e assim por diante. E por detrás dela estão os estrangeiros, senão inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas aspirações.